

A soberania de IA

Por Daniel Lázaro e Robson Sano e Sérgio Mantovani

VALOR, 18/02/2026

Na prática, o maior valor da IA surge na última milha: quando o modelo incorpora regras locais, dados históricos próprios

Há momentos na história econômica em que uma tecnologia deixa de ser uma novidade e se transfigura em infraestrutura crítica de nação. Aconteceu com a energia elétrica, com a telefonia e com a internet. Agora, de forma muito mais acelerada, está acontecendo com a Inteligência Artificial, a IA.

A IA Generativa não é mais apenas uma ferramenta para criar textos. Ela é o novo "sistema nervoso" que interpreta, organiza e decide sobre o fluxo de informações de uma sociedade inteira. O problema? Hoje, grande parte desse "cérebro" não reside no Brasil. Ele é concebido em data centers no Hemisfério Norte e regido por leis que não são as nossas.

Um alerta ecoa com força nos trópicos: 61% das organizações pesquisadas em todo o mundo afirmam que as tensões geopolíticas aumentam a probabilidade de buscarem tecnologia soberana. Mas o dado mais revelador é a oportunidade perdida. A maioria ainda vê a soberania apenas como compliance.

A soberania de IA não é um conceito abstrato. De forma prática, ela pode ser entendida como a capacidade de um país desenvolver, treinar, ajustar, operar e governar modelos de IA utilizando, prioritariamente, infraestrutura, dados e talentos próprios, mantendo controle sobre todo o ciclo de vida da inteligência. Isso não significa isolamento tecnológico. Significa interoperar com o mundo nos próprios termos, combinando componentes globais e locais conforme o risco e o valor de cada caso de uso.

Temos visto que cerca de somente um terço dos workloads de IA precisa, de fato, ser soberano para que um país capture benefícios relevantes. O ponto central não é tornar tudo local, mas sim escolher estrategicamente onde soberania gera mais impacto econômico, regulatório e geopolítico.

Aqui reside a grande chance do Brasil. Não devemos construir uma "IA Soberana" apenas para nos protegermos. Devemos fazê-lo porque é a única forma de garantir eficiência operacional e relevância econômica. E a boa notícia é que não estamos partindo do zero.

Para começar, o Brasil já sabe fazer. Muitos executivos ainda acreditam que competir com os modelos do Vale do Silício é impossível, mas eles estão errados. O ecossistema brasileiro já provou que a especialização local bate a generalização estrangeira. Temos exemplos brilhantes de que a soberania técnica é possível.

Por exemplo, temos o domínio da língua portuguesa, uma das dez mais faladas no mundo. A Maritaca AI desenvolveu a família Sabiá, modelos que superam gigantes globais em exames brasileiros, provando que um modelo treinado nativamente em português entende nuances - do "juridiquês" à gíria regional - que as IAs gringas ignoram. No Piauí, por meio do projeto SoberanIA e sua Secretaria de IA (SIA), estão construindo um dos maiores datasets em língua portuguesa do mundo, mostrando que o setor público pode ser um motor de tração para essa independência tecnológica, e não apenas um regulador.

No setor jurídico, para falar de especializações verticais, há o Jurema 7B, uma iniciativa open source da NeuralMind e do Escavador que mostra como modelos menores, mas treinados com dados de alta qualidade dos nossos tribunais, podem ser mais precisos e eficientes para advogados do que modelos generalistas.

Projetos como a Amazônia IA buscam não apenas a performance, mas a preservação da identidade cultural e a aderência à LGPD desde a concepção, focando em dados que refletem a realidade brasileira e a biodiversidade, sem exportar essa riqueza bruta para fora.

Digamos que a "pólvora" já foi inventada por esses inovadores. O que falta agora é o "canhão" - a infraestrutura de larga escala. Segundo o CEO da Nvidia, Jensen Huang, espera-se que os gastos globais com a construção de data centers atinjam US\$ 1 trilhão até 2028.

Além da competência técnica, há também o custo. Importar inteligência custa caro em dólares e em energia. Podemos utilizar o Sustainable AI Quotient (SAIQ), métrica que avalia o custo real da IA. O Brasil, com sua matriz energética limpa, pode treinar e rodar esses modelos nacionais com uma pegada de carbono muito menor do que a de data centers a carvão na Ásia ou nos EUA. Soberania, aqui, é sinônimo de eficiência. É o que chamamos de paradoxo da eficiência e o coeficiente da IA sustentável.

Também precisamos falar das infraestruturas críticas - saúde, finanças, energia -, que não podem depender de uma "caixa preta" com latência transoceânica. A literatura de economia digital é clara: quem treina os modelos primeiro com os dados locais, captura o valor primeiro. Se continuarmos enviando nossos dados (o novo "pau-brasil") para fora, perpetuaremos um ciclo colonial digital. Precisamos que a inteligência gerada a partir dos dados brasileiros fique no Brasil.

Outro vetor igualmente relevante é a pressão crescente das áreas de negócio. Marketing, vendas, operações, atendimento, logística e finanças já não querem apenas acessar IA. Elas buscam soluções profundamente conectadas a seus processos, sistemas e contextos. Não se trata de substituir modelos globais, mas de adaptá-los e complementá-los com camadas de inteligência mais próximas da realidade operacional brasileira.

Na prática, o maior valor da IA surge na última milha: quando o modelo incorpora regras locais, dados históricos próprios, exigências regulatórias e nuances do consumidor. Isso altera o papel da soberania. Ela deixa de ser apenas institucional e passa a se conectar diretamente com produtividade e eficiência.

Outro ponto crítico é a governança. Soberania de IA precisa ser tratada como prioridade de liderança, não como tema exclusivo de TI. Países e empresas que avançam mais rápido são aqueles em que o tema está na agenda de CEOs, conselhos e formuladores de políticas públicas.

O movimento é claro: soberania de IA deixa de ser uma postura defensiva e passa a ser um instrumento ativo de política industrial, competitividade e atração de investimentos.

Quem vai liderar? Chegou a vez da infraestrutura. O dilema não é "se" teremos IA soberana, mas "quem" escalará essas inovações. A liderança natural tende a vir de quem já opera a infraestrutura do país: as empresas de telecomunicações e grandes provedores de tecnologia. Elas possuem o que as startups isoladas não têm: capilaridade, capital para grandes clusters de GPU e a confiança de milhões de clientes.

Portanto, o Brasil tem a escala, os dados e o talento. Resta saber quem vai conectar esses pontos para transformar iniciativas isoladas em uma vantagem estrutural de nação.

Daniel Lázaro, Robson Augusto Sano e Sérgio Mantovani são, respectivamente, líder de Data & IA na Accenture para América Latina, diretor de IA e IA agêntica e diretor de IA Responsável na Accenture Brasil.